



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16778 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
ISSN: 2595-7945
GT 05 - Estado e Política Educacional

O Novo Ensino Médio nas escolas privadas do Espírito Santo
Evelyn Freire da Silva - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
Sandra Soares Della Fonte - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

O “NOVO ENSINO MÉDIO” NAS ESCOLAS PRIVADAS DO ESPÍRITO SANTO

Nos últimos anos, a Reforma do Ensino Médio vem sendo implementada nas escolas brasileiras, assumindo diferentes roupagens a depender da rede e unidade escolar. Assim, nesse período, assistimos a uma gama de produções sobre como esse processo tem ocorrido nas escolas públicas do país, ao passo que há uma lacuna nas pesquisas a respeito da efetivação dessa nova política nas escolas privadas.

Nesse sentido, esta pesquisa indaga como têm se comportado as escolas privadas do estado do Espírito Santo em relação à implementação da Reforma do Ensino Médio, quais as estratégias e os rumos adotados e em que medida isso implicou mudanças no projeto formativo dos filhos e filhas da classe dominante capixaba.

Assim, tem-se como objetivo geral analisar as contradições existentes no processo de implementação da Reforma do Ensino Médio de 2017 a partir do estudo das escolas privadas do município de Vitória, capital do Espírito Santo. Compreende-se a Reforma do Ensino Médio de 2017 no processo de manutenção da reprodução do capital, na reprodução da dualidade histórica da educação brasileira e como reação à frágil conquista de um Ensino Médio Integrado durante os chamados governos progressistas no Brasil.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, recorre-se à análise documental, a partir dos documentos disponibilizados pelas instituições participantes, e de entrevistas semiestruturadas com gestores das referidas escolas, de forma a evidenciar o processo de implementação da reforma nas unidades estudadas. A amostra é composta, inicialmente, por seis escolas privadas localizadas na cidade de Vitória, cujas mensalidades variam em uma escala de Alto,

Médio e Baixo Custo.

Mesmo sendo expressão dos interesses empresariais na educação, a REM movimentou as escolas privadas a intensificar e/ou reconstruir seus nortes e suas estratégias de funcionamento. Entretanto, considerando a diversificação do setor privado educacional, essas adequações ocorrem de acordo com o segmento social por ela atendido, isto é, sofrem variações a depender do público que atende.

Conforme vemos em Costa (2023, p. 406), “em função da natureza constitutiva dos sistemas público e privado no Brasil, essa ‘reforma’ poderá impactar seletivamente essas esferas, ampliando, em vez de resolvendo, como anunciado, os problemas da educação pública brasileira”. Nesse sentido, identificamos algumas tendências que compõem a hipótese de nossa pesquisa. Para as escolas de baixo custo, há uma precarização maior do serviço, com um arranjo curricular mais enxuto próximo do que regem as normativas nacionais e a oferta restrita de itinerários formativos. Nas escolas de Médio custo, tem-se implementado um arranjo curricular com maior diversificação, incluindo maior possibilidade de oferta de itinerários. Já nas escolas mais elitizadas (que atendem frações burguesas e da classe média alta), a Reforma do Ensino Médio tem um impacto mínimo, quase inexistente. Essa “blindagem” das escolas privadas elitizadas é uma característica histórica no que se refere a políticas educacionais do Brasil. Como afirma Cunha (1980), à época da Lei nº 5.692/1971 (reforma que institui a profissionalização compulsória e que muitos autores da literatura discutem sua semelhança com a atual REM), as escolas privadas tenderam a disfarçar as mudanças curriculares, mantendo a matriz exclusivamente com o ensino geral e propedêutico.

Dessa forma, vemos persistir um formato de ensino que atravessa historicamente a sociedade brasileira, em que se determina uma educação de classe com uma escola voltada para classe dominante e outra para os dominados. Frigotto e Ferreira (2023, p. 42) corroboram para a compreensão dessa dinâmica através do entendimento da dualidade na educação brasileira pontuando que ela “é uma exigência da sociedade de classes. No caso do Brasil, acresce-se uma determinação histórica. Trata-se de uma classe dominante forjada [...] na cultura colonizadora e de origem escravocrata, que desenvolve profundo preconceito com o trabalho manual e técnico”.

Analisar como as variadas escolas privadas têm se movimentado diante da Reforma do Ensino Médio de 2017, de quais mecanismos se valem, quais saídas constroem para afirmar os interesses dominantes contribui para sublinhar que a dualidade histórica entre a escola para os trabalhadores e a escola para a classe burguesa também se passa pela desigualdade nas formas de implementação de uma política educacional, inclusive dentro do amplo e diversificado setor educacional particular.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio. Dualidade histórica. Escolas privadas.

REFERÊNCIAS

COSTA, Cláudio Fernandes da. Avaliações iniciais sobre o processo de implementação da “reforma” do Ensino Médio regular em escolas públicas e privadas no Rio de Janeiro. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Ensino Médio no Brasil e sua (im) possibilidade histórica*:

determinações culturais, econômicas, políticas e legais. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 405-443.

CUNHA, Luís Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio; FERREIRA, Sônia Maria. Cultura colonizadora e escravocrata, autoritarismo e ultraconservadorismo: o DNA da classe burguesa brasileira. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Ensino Médio no Brasil e sua (im) possibilidade histórica: determinações culturais, econômicas, políticas e legais*. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 32-75.